

Câmara Municipal de Bento Gonçalves RECEBIDO EM:

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 123/2022

**AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL** 

VOTO DO RELATOR: VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO GAVA (PDT) - FAVORÁVEL

<u>VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO AO RELATÓRIO, COM EXCEÇÃO DO PRESIDENTE, QUE VOTA APENAS EM CASO DE EMPATE:</u>

VEREADOR EDSON R. BIASI (PP): Seguiu o voto do relator.
VEREADOR JOCELITO L. TONIETTO (PSDB): Seguiu o voto do Relator.
VEREADOR RAFAEL L. FANTIN - DENTINHO (PSD): Seguiu o voto do Relator.
VEREADOR AGOSTINHO PETROLI (MDB): Seguiu o voto do Relator.

Com 5 (cinco) votos Favoráveis à tramitação, o Projeto de Lei Ordinária Nº 123/2022 passa a ter Parecer **FAVORÁVEL** na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Sala das Sessões, aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

Vereador THIAGO I. FABRIS (PP)

Presidente Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

## A COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

## **VOTO DO RELATOR**

PROJETO DE LEI Nº 123/2022 PROCESSO Nº **160/2022** 

VEREADOR RELATOR: JOSÉ ANTÔNIO GAVA (PDT)

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 03/10/2022

**AUTOR: - PREFEITO MUNICIPAL** 

EMENTA: " AUTORIZA A CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA, TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL.

O Membro da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves e Relator do PL Nº123/2022 **José Antônio Gava**, em procedimento de análise da proposição acima referida, que solicita a contratação administrativa, temporária e emergencial de 120 (cento e vinte) cargos de Servente Educacional, descritos no art. 1° e Anexo do Projeto de Lei.

O Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, solicita a contratação administrativa, temporária e emergencial destes profissionais do cargo de Servente Educacional nos espaços escolares, realizando serviços de limpeza, instalação e conservação, e também se faz necessário para auxiliar no recebimento, na distribuição e no estoque dos alimentos e no preparo de refeições e higienização dos materiais e ambientes destinados à alimentação dos alunos.

A contratação que por hora está sendo prevista no Projeto de Lei em anexo, tem fundamento nos artigos 233, inciso III e 234 da Lei Complementar Municipal nº 75, de 22 de dezembro de 2004 e suas alterações, por um prazo de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogada uma vez se necessário.

Considerando-se que a medida ocorre dentro das normas e da legislação, declaro o Voto deste Relator como **FAVORÁVEL** à tramitação da matéria.

Sala de Sessões Fernando Ferrari, aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO GAVA (PDT) Relator do PL Nº 123/2022